




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RONDÔNIA  
A amiga do rondoniense

PROTOCOLO			
		INDICAÇÃO	Nº 15245/25
AUTOR : DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS «cópias»			
<p>Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil – DITEL e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, que adote providências imediatas para garantir condições adequadas de acesso e circulação dos servidores no Hospital João Paulo II, especialmente no que se refere à proteção contra a exposição à chuva no deslocamento entre os blocos e acessos externos.</p> <p>O Parlamentar subscritor, nos termos do inciso VII do artigo 146 e artigo 188 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, indica ao Poder Executivo, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil – DITEL e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil – DITEL e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, que adote providências imediatas para garantir condições adequadas de acesso e circulação dos servidores no Hospital João Paulo II, especialmente no que tange à proteção contra exposição à chuva no deslocamento entre os blocos e acessos externos.</p> <p>Em virtude da relevância da solicitação, encaminho os seguintes questionamentos para esclarecimento de interesse público:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Existe laudo técnico ou inspeção recente identificando os pontos de infiltração e entrada de água nas recepções e demais áreas internas do hospital?</li><li>2. Foi realizada avaliação técnica atualizada sobre os riscos e impactos decorrentes da exposição dos servidores, pacientes e usuários à chuva dentro das dependências do hospital?</li><li>3. Qual o prazo previsto para execução das obras necessárias à impermeabilização, correção das coberturas, calhas e demais estruturas afetadas?</li></ol>			



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RONDÔNIA  
A amiga do rondoniense

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº 15245/25
	AUTOR : DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS «cópias»		
<p>4. Há projeto em andamento ou orçamento previsto para instalação de passarelas cobertas, marquises ou outras estruturas que garantam cobertura adequada nos acessos de entrada e saída utilizados pelos servidores?</p> <p>5. Existe cronograma definido para melhorias na infraestrutura de deslocamento interno entre os blocos do hospital, especialmente para evitar exposição à chuva?</p> <p>6. Qual o prazo previsto para execução de melhorias estruturais visando proteger os trabalhadores da exposição à chuva?</p> <p>7. Quais medidas estruturais estão planejadas para proteger trabalhadores e usuários da exposição à chuva enquanto as obras definitivas não são concluídas?</p> <p>8. Quais medidas emergenciais já estão sendo adotadas para mitigar os transtornos causados pela entrada de água da chuva nas áreas internas?</p> <p>Plenário das Deliberações, 11 de dezembro de 2025.</p> <p> <b>DELEGADO CAMARGO</b> Deputado Estadual – REPUBLICANOS</p>			

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº 15245/25
	AUTOR : DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS «cópias»		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>A presente indicação fundamenta-se nos diversos relatos de servidores que, diariamente, ficam expostos à chuva ao chegar ou sair do Hospital João Paulo II, situação que gera desconforto, risco de adoecimento e prejuízos à rotina de trabalho. Trata-se de condição inadequada, que compromete a dignidade e a eficiência do serviço público, especialmente quando o servidor inicia o turno molhado ou precisa aguardar a chuva cessar para se deslocar entre os blocos.</p> <p>Além disso, servidores, pacientes e acompanhantes têm enfrentado chuvas dentro do hospital, em razão de infiltrações e falhas estruturais que permitem a entrada de água nas recepções e corredores. A presença de água nas áreas internas afeta o atendimento, coloca em risco equipamentos, compromete a estrutura física e cria condições insalubres de circulação, com risco evidente de acidentes e quedas.</p> <p>A ausência de cobertura adequada compromete a segurança e a proteção dos trabalhadores, especialmente durante períodos de forte chuvas, como é característico da região. Ademais, trata-se de uma demanda simples, razoável e plenamente justificável, que visa garantir condições mínimas de dignidade e estrutura funcional aos profissionais que atuam em um dos principais hospitais do Estado.</p> <p>Considerando que o Hospital João Paulo II é unidade de referência estadual e recebe grande fluxo diário de pessoas, torna-se urgente corrigir tais falhas, garantindo proteção, segurança e condições adequadas de trabalho. A correção imediata dessas falhas é medida urgente para preservar a dignidade dos profissionais e garantir qualidade no atendimento prestado à população.</p> <p>Assim, solicita-se a adoção das providências necessárias, bem como o encaminhamento das informações requisitadas, a fim de subsidiar o acompanhamento das melhorias estruturais.</p> <p>Como <b>presidente</b> da Comissão de Fiscalização e Controle e membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, amparado no Art. 28, II, IV do Regimento Interno desta Casa de Lei, e Lei n.º 1121/2001, para elucidação de qualquer matéria sujeita a estudo, o parlamentar poderá</p>			

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº 15245/25
	AUTOR : DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS «cópias»		
<p>requerer a realização de diligências, bem como formular pedidos de informação, nos termos da Constituição Estadual, da Lei e do Regimento Interno.</p> <p>Neste sentido, ao fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive abarcando os atos da Administração indireta, este Parlamentar está cumprindo com as suas funções típicas, após eleito.</p> <p>A Constituição do Estado de Rondônia nos Incisos XVII e XXXIV do Art. 29, acrescido pela Emenda Constitucional nº 24 de 04 de março de 2012, atribuiu a competência privativa à Assembleia Legislativa vejamos:</p> <p>XVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta; XXXIV- encaminhar ao Governador do Estado pedido, por escrito, de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação, ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembleia, importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. (Adin 132-9 - Inconstitucional a expressão: ...importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. Acórdão: DJ 30.05.2003).</p> <p>Por sua vez, o Art. 46 da Constituição Estadual ainda dispõe:</p> <p>Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.</p> <p>Do mesmo modo, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, no Art.146 destaca que:</p> <p>Art. 146. Proposição é toda matéria submetida à deliberação da Assembleia, a saber: IX- Requerimento;</p> <p>O Regimento Interno ainda dispõe que o requerimento é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão, solicita informações, vejamos a redação do Art. 172 e por conseguinte do Art. 179:</p>			

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº 15245/25
	AUTOR : DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS «cópias»		
<p>Art. 172. Requerimento é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão, solicita informações ou providências da Assembleia, de outros Poderes, ou de órgãos públicos, bem como, manifestação de caráter público do Legislativo. [...]</p> <p>Art. 179. Os requerimentos de informações mencionarão as autoridades a quem são dirigidas, importando crime de responsabilidade, a recusa ou o não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhadas pelo Presidente da Assembleia ao Governador do Estado, observadas as seguintes regras: [...] III - deverão referir-se a ato ou fato relacionado com matéria legislativa em tramitação, ou sujeito à da Assembleia.</p> <p>Corroborando com os entendimentos acima, temos ainda o Decreto nº 24.876, de 17 de março de 2020, que nos ensina no Art. - 1º, § 2º, I, que requerimento é a proposição pela qual Deputado ou Comissão, solicita informações ou providências aos Órgãos do Poder Executivo Estadual e demais Poderes, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não cumprimento no prazo, bem como a prestação de informações falsas.</p> <p>Assim, é prerrogativa assegurada a fiscalização, acompanhamento e controle ao Parlamentar, das ações do Poder Executivo estadual, ou seja, do governador, do vice-governador e dos secretários estaduais. Esta função é importante para garantir a boa gestão dos recursos públicos e a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.</p> <p>Além disso, indispensável se faz a observância aos princípios da transparência, publicidade e interesse público, os quais são mecanismos fundamentais para garantir o direito de acesso à informação, que é uma das expressões da cidadania e da democracia.</p> <p>No âmbito do Poder Executivo estadual, o acesso à informação é um instrumento essencial, para fiscalizar e avaliar as políticas públicas implementadas pelo governo estadual, bem como para exercer o controle social sobre o uso dos recursos públicos.</p> <p>Diante de exposto, solicito apoio dos Nobres Parlamentares para aprovação do presente requerimento.</p>			